

Jurista critica tendência estatizante

Arquivo — 1983

Lima de Amorim

O jurista Miguel Reale Jr., um dos mais influentes conselheiros da Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo professor Afonso Arinos, acha que se o anteprojeto de Constituição for acatado pela Constituinte o símbolo da máquina administrativa federal passará a ser o braquiossauro, maior animal que viveu na face da terra, com 24 metros de comprimento e 50 toneladas de peso.

Na opinião de Reale Jr., o anteprojeto prevê uma interferência excessiva do poder público em inúmeros setores, desde a estatização dos medicamentos básicos até a criação de uma rede nacional de creches, com altos custos para os contribuintes. O presidente da comissão, Afonso Arinos, além de sustentar a orientação "social" da proposta, tem uma fórmula para custear sua aplicação: "Vamos tirar dinheiro dos que têm muito para dar aos que não têm nada".

Dinheiro curto

O anteprojeto propõe uma reforma tributária branda, com a criação de apenas dois impostos na esfera da União: sobre "consumos especiais" a serem definidos em lei complementar, e "bens imóveis de caráter suntuário". O primeiro não teria repercussão expressiva sobre a receita federal, já que atualmente todos os produtos industrializados são tributados; o segundo, menos ainda, porque atingiria um universo menor de pessoas físicas, segundo especialistas.

No âmbito estadual, nenhum tributo seria criado, embora os estados se beneficiassem com a transferência do imposto sobre transporte rodoviário intermunicipal, que hoje fica com a União. Na esfera municipal, surgiriam dois impostos, sobre "vendas a varejo", de difícil arrecadação, e "arrendamento mercantil" — *leasing*.

Essas transformações tributárias não sobrecarregariam o contribuinte para custear as atribuições criadas pelo anteprojeto da Comissão, garante o próprio presidente, professor Afonso Arinos.

Pelo contrário: o anteprojeto dificulta o excesso de arrecadação ao estabelecer que a lei tributária "terá sempre em conta a capacidade contributiva do cidadão". No entanto, a Constituição, de acordo com a proposta da comissão Afonso Arinos, será "auto-aplicável", dando força para que qualquer cidadão acione a Justiça para assegurar os inúmeros direitos previstos. Se a arrecadação não aumentará na mesma proporção dos direitos, como garantir o cumprimento da Carta para todos os brasileiros?

O secretário-executivo da comissão, Mauro Santayana, responde: "O país gastou 20 anos fazendo obras faraônicas que seriam adiáveis. Chegou o momento de gastar

Reale preocupa-se com custo das propostas

na construção do cidadão. O nosso anteprojeto não é de grandeza, é de justiça."

O anteprojeto de Constituição só prevê uma iniciativa que resultará em redução de gastos para a União: a diminuição do número de deputados federais de 487 para 420. De resto, a máquina do poder apenas aumentará, inclusive devido à mudança da forma de governo.

Além do presidente da República, haverá o presidente do Conselho, que chefiará os ministros, na gestão da rotina administrativa. Os dois ficarão no mesmo palácio ou o presidente da República, com missões mais altas, ganhará novo símbolo de status? Hoje o chefe do Poder Executivo fica no Palácio do Planalto. Nele permanecerá o presidente do Conselho de ministros?

A comissão Afonso Arinos não tratou desses detalhes, que poderão acarretar despesas inéditas, a exemplo do defensor do povo, figura criada para garantir a todos os cidadãos os direitos constitucionais, sobretudo contra os "abusos" do poder público. O defensor — não se sabe quantos serão — deverá ser eleito pela Câmara dos Deputados, para um mandato de cinco anos, somando os privilégios, imunidades e prerrogativas dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos parlamentares. "É uma espécie de Frankenstein", costuma definir o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, um dos conselheiros que mais lutaram para dar a essa figura constitucional atribuições mais próximas do real.

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, anteprojeto da Comissão Arinos não poderia ser mais generoso. Segundo ele, "todos os atos e registros necessários ao exercício da cidadania" serão gratuitos (como atestado de casamento, nascimento, óbito, carteira de identidade, título de eleitor...); saúde e educação também serão deveres do estado; a Justiça deverá ser outro direito inteiramente gratuito; remédios básicos serão estatizados e distribuídos gratuitamente.

No capítulo da ordem social está prevista a seguridade social, para cobertura de todos os eventos e serviços, como doenças e ajuda às gestantes; os governos da União, dos estados e municípios manterão colônias de férias e clínicas de recuperação e convalescença; "tutelas especiais" mereceram um capítulo que, entre outras novidades, atribui aos governos completa assistência aos deficientes físicos; a educação, segundo capítulo próprio, será inteiramente gratuita dos 6 aos 16 anos, com ajuda suplementar ao estudante, para alimentação, transporte e vestuário.

O jurista Miguel Reale, admite que o poder público deve dar prioridade ao social, mas teme uma crescente burocratização, causada por "um projeto genérico de estatização" das atividades e dos serviços assistenciais. "A Constituição deve ser basicamente apenas uma plataforma para o futuro", sugere Miguel Reale Jr., considerado dentro da comissão Arinos um liberal.

O anteprojeto será entregue ao presidente José Sarney amanhã, no Palácio do Planalto.

